

Guilherme Lobo Marchioni

AUTORITARISMO LÍQUIDO E ANTICORRUPÇÃO

medidas de exceção à espreita em discursos e normas
de combate à corrupção

SÃO PAULO

2024



CONTRACORRENTE

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I - AUTORITARISMO E ESTADO DE EXCEÇÃO	27
1.1 Desenvolvimento do Estado de Direito.....	27
1.2 Premissas para compreensão do autoritarismo.....	44
1.3 Formas políticas do autoritarismo.....	49
1.3.1 Populismo.....	49
1.3.2 Neoliberalismo.....	55
1.3.3 Estado de exceção.....	58
1.3.4 Legalidade extraordinária como realização do Estado Constitucional.....	62
1.4 Mito da concretização do Estado Democrático de Direito.....	66
1.5 Autoritarismo contemporâneo.....	70

1.5.1 <i>Dual State</i> em Ernst Fraenkel.....	77
1.5.2 Estado de exceção permanente em Walter Benjamin.....	80
1.5.3 <i>Homo sacer</i> e estado de exceção em Giorgio Agamben.....	81
1.5.4 Poder desconstituente em Luigi Ferrajoli	84
1.5.5 Os novos despotismos em Norberto Bobbio.....	87
1.5.6 Democracia de baixa intensidade em Boaventura de Sousa Santos.....	90
1.5.7 Perda do <i>common ground</i> em Ronald Dworkin.....	92
1.5.8 Subversão sub-reptícia da democracia em Adam Przeworski.....	96
1.5.9 Autoritarismo <i>cool</i> do século XXI em Eugenio Raúl Zaffaroni.....	101
1.5.10 Normalização do estado de exceção em Günter Frankenberg.....	103
1.5.11 Pós-democracia em Rubens Casara.....	105
1.5.12 Estados de exceção em Luis Manuel Fonseca Pires.....	109
1.6 Definição pelo termo “autoritarismo líquido”.....	112
1.7 Medidas de exceção no autoritarismo líquido.....	115

CAPÍTULO II – LEI ANTICORRUPÇÃO.....	123
2.1 Esboços do passado e do presente	123
2.2 Prolegômenos da crítica à lei anticorrupção	134
2.3 Do projeto de lei à norma anticorrupção brasileira.....	139
2.4 A (in)definição do significado de corrupção na legislação brasileira.....	145
2.5 Pressão internacional pelo combate à corrupção	147
2.6 Um olhar às normas anticorrupção internacionais.....	150
2.7 Entre a terminologia <i>compliance</i> e programa de integridade.....	155
2.8 Programa de integridade na lei anticorrupção	159

2.9 O necessário enfrentamento da corrupção	162
2.10 Cuidados com o combate à corrupção	166

CAPÍTULO III - A EXCEÇÃO À ESPREITA NAS FÓRMULAS ANTICORRUPÇÃO	171
---	-----

3.1 O corrupto como inimigo da nação	171
3.2 O problema da hipernomia e vagueza conceitual	179
3.3 Perfil autoritário da responsabilidade objetiva na Lei Anticorrupção	192
3.4 A personalidade autoritária e discursos anticorrupção	214
3.5 Manipulação política da legislação em processos de exceção	222
3.6 Interpretações autoritárias do Direito anticorrupção como degeneração	227
3.7 Elementos autoritários na prática da Operação Lava Jato	238
3.7.1 Conduções coercitivas	241
3.7.2 Prisões para obtenção de confissões e acordos de delação	247
3.7.3 Restrição de recursos e <i>habeas corpus</i> em acordos de delação	256
3.7.4 Cumprimento de pena de prisão sem trânsito em julgado	260
3.7.5 Perseguição de advogados	266
3.7.6 Competência da justiça federal em casos eleitorais	273
3.7.7 O autoritarismo da operação nas conclusões do STF e da ONU	279

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES APREENDIDAS	291
--	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297
----------------------------------	-----